

001/2006 face ao seu descumprimento, como resta provado no relatório de vistoria nº 002/2009 – GEFIR/DIFIS/SULFI/IBRAM, o qual constatou despejo de efluente em APP, com contaminação do solo e de recursos hídricos. Com isso, também opino pelo indeferimento do pedido da empresa autuada de redução de 90% na multa imposta, face o descumprimento do Termo de Compromisso. O parágrafo 2º do artigo 49 da Lei nº 41/89 prevê essa possibilidade.” Foram feitas considerações a cerca do tema. O Presidente colocou em votação a proposta da SETUR, que foi aprovada por unanimidade. A seguir o Conselheiro Arquicelso Bites Leão Leire, representante da Secretaria de Estado do Entorno, se desculpou pelo atraso na reunião por motivos pessoais. Assim iniciou a apresentação do processo nº 391.000.011/2009, lendo o relatório e informou que seu voto era: “Nenhuma das argumentações da Recorrente deve prosperar, pois deste a 1ª instância a mesma vem utilizando a tática de desqualificar o Auto de Infração e o trabalho do Servidor/Fiscal que o lavrou, o que ficou claramente demonstrado no Parecer nº 200.000.169/09 – PROJU/IBRAM. Ademais a Recorrente não apresentou nenhuma matéria de Direito, nem tão pouco, argumentação para novas provas com finalidade de alterar os julgamentos das instâncias anteriores, que só pelo motivo da INTEMPESTIVIDADE já é passivo de trânsito em julgado na esfera administrativa. No entanto, mesmo que estivesse superada a intempestividade, é de se considerar o Auto de Infração nº 10/2009 encontra-se em conformidade com a legislação, contendo todos os aspectos necessários para sua validação, sendo pois, necessária a ratificação de sua homologação e manutenção. E, para concluir, assevero que nos recursos interpostos a Recorrente simplesmente transcreveu folhas de um para o outro, a saber: comparando a folha 78 com a 126 e a folha 80 com a 128, entre outras, não se preocupando nem com a mudança dos enunciados, levando a crer que simplesmente “copiou” e “colou”, no intuito de procrastinar o encerramento deste processo. Sendo assim, recomendo a manutenção da decisão da 1ª instância, conforme pareceres jurídicos já mencionados, opinando pelo conhecimento do recurso interposto e pelo seu IMPROVIMENTO.” O Presidente Moacir Bueno perguntou se algum Conselheiro tinha contribuições ou dúvidas, mas ninguém se manifestou. O Presidente colocou em votação a proposta da Secretaria do Entorno, que foi aprovada por unanimidade. Para finalizar o ciclo de apresentações, foi lido, pela representante da coordenação do CONAM/DF, o parecer do processo nº 391.001.310/2008, elaborado pelo Conselheiro Dálio Ribeiro, representante do IBRAM, que por não estar presente autorizou a leitura. O voto do relator foi: “Efetivamente, a expansão da Vila São José, em Brazlândia, encontra-se implantada de fato, o que não justificaria a manutenção da penalidade de Embargo. De outra parte, procedem as alegações da recorrente de que o empreendimento encontra-se regular do ponto de vista do controle do Estado através do licenciamento ambiental. Todavia, a recorrente é responsável, ainda que indiretamente, pela implantação do empreendimento, antes da expedição das licenças e autorizações ambientais cabíveis. Assim, à época, era subjacente o motivo que levou à autuação, impondo-se a aplicação da penalidade de Embargo. Desta forma, votamos pela IMPROCEDÊNCIA do Recurso, com a manutenção do Embargo, suspendendo-se seus efeitos uma vez que o empreendimento encontra-se implantado.” O Conselheiro Helder de Araújo Barros declarou que o voto do parecer não estava claro e solicitou vistas do processo. O Presidente concedeu vistas ao Conselheiro Helder de Araújo Barros, informou que o parecer deverá ser apresentado na 103ª Reunião Ordinária do CONAM/DF dia seis de setembro do ano corrente. Ao final, o Presidente Moacir Bueno informou que não havia nenhum representante da Secretaria de Estado de Governo para apresentar o parecer e não justificaram a ausência. Informou também que não haviam disponibilizado o parecer aos demais Conselheiros conforme acordado. Como ainda havia tempo disponível a Conselheira Tânia Battella solicitou a palavra e informou sobre um projeto de criação de lotes na 901 norte e solicitou a participação de representantes da área ambiental no projeto de regulamentação da RIVE. O Conselheiro Luiz Mourão solicitou que a reunião sobre o PDOT seja marcada o mais rápido. O Presidente Moacir Bueno fez suas considerações finais. Não havendo mais questões, o Presidente declarou encerrada a reunião. Assim, lida e aprovada por todos, foi lavrada a presente ata por mim, Bárbara Vale Rizzo, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, assinada pelos presentes, nominados e referenciados: MOACIR BUENO; MARIA SILVIA ROSSI; MAURÍCIO LEITE LUDUVICE; VALBER COSTA JÚNIOR; MARCUS VINÍCIUS B. DE SOUZA; FRANCISCO ALVES RIBEIRO; MARIA D. R. NOLASCO DE ASSIS; GILVAN JOÃO DA SILVA; ÉGADES VERÍSSIMO OLIVEIRA; LUIZ ERNESTO B. DE MOURÃO SÁ; TÂNIA BATTELLA DE SIQUEIRA; LUIZ EDUARDO L. C. NUNES; DÁLIO RIBEIRO MENDONÇA FILHO; HELDER DE ARAÚJO BARROS; CLAUDIO RIBAS DE SOUSA; ALBA EVANGELISTA RAMOS; DANIEL LOUZADA DA SILVA; ARQUICELSO BITES LEÃO LEITE; ANA CLÁUDIA CAMPOS DA SILVA; ELAINE FREITAS ALVES DOS SANTOS; FELIPE BEZERRA DE LIMA; ALBATÊNIO R. GRANJA JÚNIOR; CÁSSIA BEATRIZ R. MUNHOZ e CARLOS ALBERTO DA CRUZ JÚNIOR.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2011.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, no auditório da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, realizou-se a primeira reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF para posse dos novos representantes das instituições

membros do Conselho. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: EDUARDO BRANDÃO (SEMARH); MARIA SILVIA ROSSI (SEMARH); JOSÉ VOLTAIRE BRITO PEIXOTO (SEAPA); GILBERTO COTTA DE FIGUEIREDO (SEAPA); ANA CLÁUDIA CAMPOS DA SILVA (SES); ESTER LÉA SILVA MARTINS (SEOPS); PAULO SERGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES (SECT); VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM); VINÍCIUS FUZEIRA DE SÁ E BENEVIDES (ADASA); DIÓGENES MORTARI (ADASA); CÉLIO BIAVATI FILHO (CAESB); MAURÍCIO LEITE LUDUVICE (CAESB); OLGA SANTANA SALES (CEB); JORGE ENOCH FURQUIM WENECK LIMA (EMBRAPA); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); MARCELO RIBEIRO BILAC (FIBRA); ANA PAULA MACHADO DE CASTRO PESSOA (FIBRA); JÚNIA MARIA BITTENCOURT (ÚNICA/DF); CARLOS HENRIQUE DUTRA CARDOSO (ÚNICA); MÔNICA CALTABIANO EICHLER (CBH/RIO MARANHÃO); CLÁUDIO MALINSKI (CBH/RIO PRETO); DAVI SILVA FAGUNDES (CHB/RIO PARANOÁ); MAYA TERRA FIGUEIREDO (CBH/RIO PARANOÁ); OSCAR DE MORAIS CORDEIRO NETTO (ABRH/DF); SÉRGIO LUIS COTRIM (ABES/DF); JULIANE BERBER (ABES/DF); FRANCIS PRISCILLA VARGAS HAGER (ABAS); SÉRGIO KOIDE (UnB); DIRCEU SILVEIRA REIS JÚNIOR (UnB); CARLOS HENRIQUE RIBEIRO LIMA (UnB); MARCELO GONÇALVES RESENDE (UCB); LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (UCB); EUGÊNIO GIOVENARDI (FÓRUM ONGs AMBIENTALISTAS); MARA CRISTINA MOSCOSO (FÓRUM ONGs AMBIENTALISTAS) e ROSANY C. J. DE CARVALHO CARNEIRO (FÓRUM ONGs AMBIENTALISTAS). Os Conselheiros: DARIO CLEMENTINO (FIBRA) e VILSON THOMAS (CBH/RIO PRETO) justificaram a ausência. Os demais conselheiros ausentes não justificaram. Após verificação do quorum a reunião foi aberta pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e presidente do CRH/DF, o Sr. Eduardo Brandão que agradeceu a presença de todos e pediu desculpas em nome do governo do DF pela demora em retomar os trabalhos do Conselho, mas que nesse momento recomeçam com uma nova estrutura e que ainda nesse semestre será suprido o atraso, uma vez que a intenção dessa nova estrutura é de corresponder às necessidades e aos anseios do meio ambiente. Comentou que Brasília está cheia de faixas sobre o Lago Paranoá e que o Conselho, a SEMARH e os demais órgãos responsáveis pelos recursos hídricos do DF terão que unir esforços para promover as políticas e executar as ações necessárias à manutenção da qualidade do meio ambiente no DF. A SEMARH pretende integrar os processos ambientais entre ADASA, SLU, Jardim Botânico, IBRAM e Jardim Zoológico. Comentou que, com essas instituições, está formada uma estrutura mínima para discutir a sustentabilidade ambiental do DF, fundamental para a manutenção da qualidade de vida local e que deverá ser atuante na gestão da política ambiental, urgente para a nossa sociedade. Após a fala do Secretário foi apresentado um vídeo da ADASA sobre os recursos hídricos do DF. Após a apresentação do vídeo o Diretor Presidente da ADASA, Sr. Vinícius Fuzeira, comentou que Brasília é, atualmente, o terceiro aglomerado urbano do País e é uma área de nascentes, muito importante, que exige um controle muito severo. Comentou que a ADASA está envolvida na revisão do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do DF – PGRH, que projeta um cenário de disponibilidade hídrica para os próximos vinte anos e que o mesmo inspira cuidados, mas a ADASA está atenta e mantém as portas abertas a todos os conselheiros do CRH-DF. O Secretário de Meio Ambiente deu posse aos conselheiros e aos membros da Câmara Técnica de Assessoramento do CRH-DF. Sugeriu como pauta para a próxima reunião uma apresentação da ADASA e da CAESB sobre a condição dos recursos hídricos do DF, para que houvesse um nivelamento sobre o assunto uma vez que está havendo uma renovação dos representantes do CRH. Após a posse a Sra. Maya, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, solicitou que o Conselho abrisse espaço para um estudo mais aprofundado sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF – PDOT, uma vez que o mesmo ainda não está sendo executado. O Secretário de Meio Ambiente, Sr. Eduardo Brandão informou que convidará um representante da SEDHAB para apresentar o PDOT para o Conselho. O Presidente da CAESB comentou que a CAESB busca água em locais cada vez mais distantes e que a adutora de Corumbá está sendo construída e que fica a uma distância de aproximadamente 30 Km do DF e que num futuro próximo teremos que pensar sobre reutilização de água, mas que o CRH pode ter a CAESB como um defensor ferrenho dos recursos hídricos. O Professor Paulo Sérgio Salles, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá – CBHRP, comentou sobre a importância que esse Conselho tem para os recursos hídricos do DF e que atualmente o DF conta com três Comitês de Bacia Hidrográfica atuantes em Brasília. Comentou que em setembro o CBHRP realizará um workshop sobre o assoreamento do Lago Paranoá sob a coordenação do Sr. Jorge Enoch, membro da Câmara Técnica do Comitê do Paranoá e pesquisador da Embrapa Cerrados. O Sr. Eugênio, representante do Fórum das ONGs Ambientais do DF, salientou a importância das populações vegetal, animal e humana, três grandes consumidoras de água e comentou que

confia nesse Conselho para a recuperação da qualidade de água para as futuras gerações. O Sr. Cláudio Malinski, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto – CBH/AP, informou, como representante do setor agrícola, um dos grandes consumidores de água, que atualmente a agricultura irrigada está munida de tecnologia desenvolvida pela Embrapa com o objetivo de fazer um uso mais racional da água. Comentou que juntos, Conselho e Comitês, deverão trabalhar em prol da qualidade da água do DF. A Sra. Rosane, Presidente da Associação dos Produtores e Protetores da Bacia do Lago do Descoberto, comentou que nos dois últimos anos, os produtores da região do Descoberto, em parceria com vários órgãos do poder público, promoveram o plantio de mais de setenta e sete mil mudas de árvores na orla do Lago Descoberto e que Brazlandia tem mais de setenta anos de vida e sua rede de esgoto é a mesma, necessitando de ampliação, comentou também que há necessidade de controle, por parte do governo, dos parcelamentos que estão ocorrendo na parte alta da Bacia do Descoberto, área de nascentes, para que a manutenção da qualidade da água do Lago Descoberto melhore, uma vez que ele abastece grande parte da cidade de Brasília. Solicitou que o Conselho retome a discussão sobre a recategorização da área ao redor do Lago Descoberto, que se mantida como REBIO, impedirá que o produtor continue seu trabalho de guardião da área. O Secretário de Meio Ambiente informou que marcará reunião específica para tratar desse assunto de recategorização da área. O Sr. Gilberto Cotta comentou que o Secretário de Agricultura não pôde estar presente, mas a SEAPA também está envolvida na causa ambiental do DF, atualmente a SEAPA produz mudas nativas para projetos como o desenvolvido no Lago Descoberto e também está trabalhando para readequação de canais como o Santos Dumont no Pipiripau. O Secretário de Meio Ambiente comentou que a SEMARH está tentando reerguer o Programa Brasília Cidade Parque e buscando recursos provenientes das compensações ambientais por meio da Câmara de Compensação Ambiental do IBRAM e citou o exemplo do Jardins Mangueiral, onde o empreendedor, nos estudos apresentados para o licenciamento ambiental, informou que a compensação ambiental relativa à implantação do empreendimento seria na casa dos R\$ 8.000.000,00 e posteriormente à Licença Prévia,

esse valor foi suprimido. Informou, ainda, que a SEMARH está fazendo um levantamento das dívidas ambientais de todas as instituições como CEB, CAESB, JC Gontijo, Via Engenharia, TERRACAP, entre outras, e que os inadimplentes com o IBRAM não terão novos processos analisados pelo órgão ambiental, enquanto persistir a inadimplência. Para a próxima reunião o Secretário sugeriu como pauta a apresentação da ADASA e da CAESB sobre os recursos hídricos do DF e a apresentação da Fundação do Banco do Brasil sobre o projeto Rio São Bartolomeu Vivo. A sugestão foi aceita por unanimidade. Sugeriu, em seguida, a data de 8 de setembro para a próxima reunião do CRH, mas ficou decidido que a reunião seria em 1º de setembro em função do feriado da Independência em 7 de setembro. Informou que a SEMARH está abrindo edital para cadastramento de viveiros em condições de produzir e manter mudas de determinadas espécies com um preço compatível com o cálculo da compensação ambiental. Nada mais tendo a tratar o Secretário agradeceu a presença de todos os presentes e encerrou a reunião. Assim, lida e aprovada por todos, foi lavrada a presente ata por mim, Bárbara Vale Rizzo, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos hídricos, assinada pelos presentes, nominados e referenciados: EDUARDO BRANDÃO; MARIA SILVIA ROSSI; JOSÉ VOLTAIRE BRITO PEIXOTO; GILBERTO COTTA DE FIGUEIREDO; ANA CLÁUDIA CAMPOS DA SILVA; ESTER LÉA SILVA MARTINS; PAULO SERGIO B. DE A. SALLES; VANDETE INÊS MALDANER; VINÍCIUS F. DE SÁ E BENEVIDES; DIÓGENES MORTARI; CÉLIO BIAVATI FILHO; MAURÍCIO LEITE LUDUVICE; OLGA SANTANA SALES; JORGE ENOCH F. WENECK LIMA; FRANCISCO ALVES RIBEIRO; MARCELO RIBEIRO BILAC; ANA PAULA M. DE CASTRO PESSOA; JÚNIA MARIA BITTENCOURT; CARLOS HENRIQUE D. CARDOSO; MÔNICA CALTABIANO EICHLER; CLÁUDIO MALINSKI; DAVI SILVA FAGUNDES; MAYA TERRA FIGUEIREDO; OSCAR DE MORAIS C. NETTO; SÉRGIO LUIS COTRIM; JULIANE BERBER; FRANCIS PRISCILLA VARGAS HAGER; SÉRGIO KOIDE; DIRCEU SILVEIRA REIS JÚNIOR; CARLOS HENRIQUE RIBEIRO LIMA; MARCELO GONÇALVES RESENDE; LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU; EUGÊNIO GIOVENARDI; MARA CRISTINA MOSCOSO e ROSANY C. J. DE C. CARNEIRO.

FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO Nº 119, DE 31 DE AGOSTO DE 2011.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº. 1.813, de 30 de dezembro de 1997, e tendo em vista o disposto na Decisão nº 3.521/2009 – TCDF, RESOLVE:

Art. 1º Publicar, na forma constante do Anexo único a esta Instrução, a composição do preenchimento dos cargos em comissão e funções de confiança desta Fundação. Declarar que os dados constantes do demonstrativo foram extraídos do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, referente ao 1º trimestre/2011.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ BELARMINO DA GAMA FILHO

ANEXO ÚNICO DA INSTRUÇÃO Nº 119, DE 31 DE AGOSTO DE 2011.

COMPOSIÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS CARGOS/EMPREGO EM COMISSÃO E FUNÇÃO DE CONFIANÇA SITUAÇÃO, REFERENTE 1º TRIMESTRE.

Órgão	Servidor do Quadro da Unidade			Requisitados de Órgãos/Entidades do GDF			Sem Vínculo com o GDF			Cedido		Total	Total de Ocupantes de Cargos em Comissão	% de Cargos em Comissão Ocupados por Servidores s/Vínculo c/o GDF	% de Servidores s/Vínculo c/o GDF em Relação ao Total
	A S/Cargo em Comissão	B C/Cargo em Comissão	C C/Função de Comissão	D S/Cargo em Comissão	E C/Cargo em Comissão	F C/Função de Comissão	G Requisitado fora do GDF s/ Cargo em Comissão	H Requisitado fora do GDF c/ Cargo em Comissão	H1 Servidor s/Vínculo c/o GDF c/Cargo em Comissão	I Para Órgão ou Entidade do GDF	J Para Órgão ou Entidade fora do GDF				
Fundação Jardim Zoológico de Brasília	24	8	0	5	16	0	0	1	35	1	0	90	60	58,333	38,889

INSTRUÇÃO Nº 120, DE 31 DE AGOSTO DE 2011.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997, e tendo vista o disposto na Decisão nº 3.521/2009 – TCDF, RESOLVE:

Art. 1º Publicar, na forma constante do Anexo único a esta Instrução, a composição do preenchimento dos cargos em comissão e funções de confiança desta Fundação. Declarar que os dados constantes do demonstrativo foram extraídos do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, referente ao 2º trimestre/2011.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ BELARMINO DA GAMA FILHO